

# O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO LUÍS-MA: O CASO DAS ESCOLAS MENINO JESUS E SONHO DE CRIANÇA

Flávia Fernanda Santos Silva<sup>1</sup>

## RESUMO:

Há inúmeros problemas que afetam o trabalho docente com crianças na escola pública da educação Infantil em São Luís-MA. Nesse sentido, buscaremos demonstrar que a atuação do professor para o desenvolvimento das capacidades da criança, por vezes tem estado comprometida pelas más condições de trabalho, processo este que culmina no desânimo da profissão e ainda reprodução de práticas tradicionais. Neste artigo, abordaremos esta problemática estabelecendo uma breve relação com a lógica que acontece na sociedade capitalista, onde a escola pública acaba sendo prejudicada face a dinâmica do capital. Tomaremos como base a realidade de duas escolas da educação infantil em São Luís-MA, a saber, Menino Jesus e Sonho de criança<sup>2</sup>, cuja observação do trabalho docente e depoimento das professoras apontam urgência na discussão dos diversos problemas que ocorrem neste nível de ensino. Além disso, apresentaremos ainda, a possibilidade de transformação desta realidade constatada, por meio da formação política e crítica do professor, que é uma das condições essenciais para enfrentamento das contradições encontradas cotidianamente em seu espaço de trabalho.

**Palavras chave:** Educação infantil. Escola pública. Sociedade Capitalista. Trabalho docente.

## 1. Introdução

Este artigo é fruto da observação de escolas municipais da educação infantil em São Luís- MA, locais em que tivemos acesso mediante as orientações das disciplinas de estágio e prática docente deste nível de ensino.

Em São Luís, a situação de abandono em que se encontram a maioria das escolas públicas municipais revela o descaso do poder público com a educação infantil, que nesse sentido, torna a situação mais alarmante na perspectiva do direito à educação de qualidade.

Este trabalho, embora apresente as dificuldades dos professores para atuar num espaço escasso de condições materiais e objetivas, em razão da dinâmica de exclusão que se processa na sociedade capitalista, tem por objetivo contribuir na reflexão sobre a formação docente para este nível de ensino, que não perpassa apenas o conhecimento de

---

<sup>1</sup> Graduanda do 5º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

<sup>2</sup> Por razões éticas, os nomes reais das escolas, foram preservados e utilizados nomes fictícios.

teorias durante a graduação, mas também pelo viés político e crítico do professor para superação das estruturas historicamente postas na escola pública municipal.

Para isso, nos apoiamos no materialismo histórico dialético e buscamos a fundamentação teórica de autores que pensam a educação infantil como uma fase da infância que requer planejamento específico e disponibilidade de variados recursos didáticos e metodológicos para o trabalho, pois a ausência destes culmina em rotinas pouco significativas e que repercutirão nas demais etapas da educação básica.

## **2. Educação infantil: da especificidade a formação docente**

Considerando a especificidade que a educação infantil requer, pois “(...) a criança pequena tem características específicas devido o seu estágio de desenvolvimento, aos seus processos de crescimento e à sua vulnerabilidade (...)” (FORMOSINHO, 2011, p. 135). A escola deve possibilitar às crianças nesse espaço de aprendizagem condições de desenvolver-se, onde professor como mediador da cultura acumulada historicamente, (SAVIANI, 2008) tenha condições de proporcionar em seus alunos experiências significativas sobre o contexto social na qual pertence, permitindo assim a organização e desenvolvimento dos processos mentais, (REGO, 1995, p. 62) e demais capacidades necessárias a esta fase da infância.

Sabendo que o planejamento das atividades cotidianas é uma tarefa do professor que diretamente é quem atua com a criança no espaço da sala de aula, este trabalho em grande parte tem ficado comprometido, pois nas escolas públicas municipais de São Luís - MA, ainda encontramos sérios problemas estruturais que dificultam sobremaneira o trabalho docente, onde na maioria dos casos o professor não conta com as condições reais e objetivas para uma atuação qualitativa com as crianças de 0 a 5 anos.

Entretanto, antes de refletirmos sobre como tem se apresentado a atuação do professor na educação infantil da escola pública de São Luís, tomando como base duas escolas: Menino Jesus e Sonho de Criança. É preciso compreender que “(...) falar da educação numa sociedade de classes, numa sociedade capitalista, significa dizer que ela está voltada para conservação do *status quo* e a legitimação das estruturas sociais vigentes (...)” (ORSO, 2008, p. 55). Ou seja, a educação de qualidade é privilegiada a alguns e desapropriada de outros pelas relações de poder que a engendram. Mas não só isso, a dinâmica do capital tem em “seus fundamentos e parâmetros estruturais fundamentais os interesses da sobrevivência continuada do sistema” (MÉSZÁROS,

2005, p. 27), processo este que na dinâmica do atendimento da escola pública, tem ficado a mercê do descaso, na medida em que o Estado está mais para a garantia e incentivo da iniciativa privada, do que realmente assegurar as condições materiais e objetivas para que o ensino na escola pública seja de qualidade.

Enquanto as escolas particulares se empenham em garantir todo um aparato de materiais e recursos para que seus alunos tenham acesso ao melhor do conhecimento, possibilitando-os assim a conquista dos “melhores lugares na sociedade”, em nossas escolas municipais públicas, ainda vemos realidades como salas de aula abafadas, ausência de material didático, de brinquedos e espaços diversificados de lazer, mobiliário antigo, banheiros não adaptados, uso exclusivo de mimeógrafos e dentre outros.

Sendo assim, esta realidade apresentada em São Luís-MA nos revela uma contradição quando tomamos como base o texto do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), onde o mesmo aponta que a organização do espaço e de materiais na escola, são elementos essenciais para prática educativa com crianças.

Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil. No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos (BRASIL, 1998, p. 68).

Diante disto, que tipo de concepção de educação temos tido na gestão da educação infantil no estado do Maranhão, mais especificamente em São Luís, na medida em que a prática apresenta-se totalmente desconectada do discurso? Que tipo de aprendizagem tem sido reservado às crianças nessas escolas uma vez que nessas instituições encontramos péssimas condições de trabalho e aprendizagem?

Esses motivos apontam para uma necessidade cada vez mais urgente de profissionais capacitados não apenas com formação para o mercado de trabalho dentro de uma perspectiva burguesa de criança, mas acima de tudo, com identidades e conhecimentos necessários, para intervir contra a marginalização e seletividade tão presentes na sociedade de classes.

Nesse sentido, Paulino José ao refletir sobre as contradições da sociedade que acabam por interferir no espaço da escola, explica:

Assim, para compreender as características da escola, para entender o processo de expansão e de retração da escola pública, bem como, da expansão da escola particular é preciso entender o processo de desenvolvimento do capital e seus ciclos de desenvolvimento e de crise (ORSO, 2008, p. 54).

Esses motivos levam-nos a compreensão de que na educação infantil, não podemos nos contentar com a atuação de profissionais sem real preparação sobre as relações sociais existentes desta sociedade de classes, sobre como ela se organiza, e ainda de como ela influencia em seu espaço de trabalho. Visto que, o professor precisará enfrentar inúmeros desafios que só poderão ser minimizados mediante apropriação dos conhecimentos específicos e necessários ao profissional que, inserido nesse contexto, parte para o enfrentamento.

Além disso, o professor deve está imbuído dos conhecimentos sobre os conceitos de infância e nesse caso, destacamos um fragmento do texto de Alessandra Arce no qual comenta:

A criança é marcada pelo meio social no qual vive e também o marca. Esta é vista como um ser que sente e pensa o mundo de um jeito que lhe é peculiar sendo capaz de construir o conhecimento na interação com o meio e com as outras pessoas de forma ativa, a partir da criação de hipóteses originais sobre o que deseja pesquisar. A criança não é, portanto, não há espaço para pensá-la como um devir ser. A interação criança-criança, nesse contexto, ganha magnitude, pois é no trabalho com os pares que ela progredirá em seu caminho de construção de conhecimentos (ARCE, 2010, p. 16).

Conhecer conceitos de infância que trata a criança como um ser ativo no mundo é essencial para o trabalho com este nível de ensino, todavia, não basta só isso, o profissional da educação infantil ainda, “(...) deve assumir responsabilidades pelo conjunto total das necessidades das crianças e pelas correspondentes tarefas desenvolvimentais (...)” (FORMOSINHO, 2011, p. 137). Pois precisa intencionalmente organizar espaços propícios de interação onde a criança não fique limitada, mas possa vivenciar “(...) novos signos e novas formas consideradas produtivas de relacionar-se com o mundo a fim de compreendê-lo, formas essas culturalmente elaboradas (...)” (OLIVEIRA, 2010, p. 230).

Nesse contexto, ao pensar no problema da prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica em escolas públicas do Distrito Federal, Edileuza Fernandes

valoriza o planejamento e a reflexão sobre as ações desenvolvidas no espaço da escola, pois como observamos em seu texto:

A atividade docente não pode ser vista como um conjunto de ações desarticuladas e justapostas, restrita ao observável, isso porque, envolve consciência, concepção, definição de objetivos, reflexão sobre ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para qual se pensam as atividades. O professor, antes de executar seu processo de ensino, projeta-o e antecipa seus resultados (SILVA, 2003, p.1).

Desse modo, faz-se necessário a ênfase numa práxis transformadora que deva ser incentivada e desenvolvida desde a formação deste professor, pois o exercício de sua profissão deverá perpassar articulação entre teoria e prática, a partir de uma sólida formação, onde o mesmo tenha propriedade dos conceitos, experiência significativa, e criticidade sobre a realidade educacional no qual está inserido, reconhecendo assim, as necessidades reais e concretas dos problemas que o cercam, principalmente das relações de poder, contradições e desigualdades tão presentes na escola pública.

Somente assim, professores conscientes dos direitos a educação de qualidade que nossas crianças da escola pública municipal têm direito, poderão partir para o enfrentamento e de forma coletiva em parceria com a comunidade, reivindicarem juntos melhores condições de trabalho e recursos necessários a este nível de ensino, já que as classes populares em sua grande maioria estão destinadas as escolas atendidas pelo Estado.

Compreendendo a relação intrínseca entre educação e política, Demerval Saviani, contribui significativamente para o desempenho de um papel crítico e transformador quando afirma:

Em sua existência histórica nas condições atuais, educação e política devem ser entendidas como manifestação da prática social própria da sociedade de classes. Trata-se de uma sociedade cindida entre interesses antagônicos. Está aí a raiz do primado da política. Com efeito, já que a relação política se trava fundamentalmente entre antagônicos, nas sociedades de classes ela é erigida em prática social fundamental (SAVIANI, 2008, p. 68).

Desse modo, a formação docente para educação infantil não passa apenas por quatro anos na universidade, não é só capacitação profissional, entretanto, para, além disso, também deve ser um processo que suscite nos alunos possíveis ações de mudanças, por meio do desvelamento das condições estruturais sociais vigentes, e em nosso caso, também das gestões estaduais e municipais que em nada tem transformado o acesso à educação de qualidade.

Costumo dizer que esse contexto, que tira da população o que é seu de direito, não pode – ainda por cima – tirar nossa capacidade de lutar, de ter esperança, de aprender com as lutas passadas, de apostar na mudança. Precisamos reconhecer a opressão, manter a indignação e a resistência e ter a utopia de uma sociedade justa e sem discriminação de nenhum tipo, sem exclusão e eliminação (KRAMER, 2011 p.128).

Em face da realidade no início do texto apontada, não é difícil encontrarmos nas escolas municipais de São Luís professores desanimados, e, certo espontaneísmo na condução das atividades, embora tenhamos hoje o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil como auxiliador do trabalho educativo. Além disso, não poderíamos deixar de citar as práticas tradicionais de leitura, escrita e matemática (memorização de letras e números) que ainda são tão presentes nestas escolas, quando na verdade deveriam ser trabalhadas como forma de conhecimento de mundo e apropriação da cultura.

Embora toda a realidade acima descrita influencie diretamente na prática docente, o estranhamento na constatação de práticas tidas como tradicionais na escola, apresenta-se na perspectiva da quantidade de debates e materiais já empenhados para o rompimento deste tipo de trabalho que ainda absurdamente consegue ser diagnosticada no espaço escola pública. A exemplo disso, autoras como Zilma Ramos de Oliveira (2010), Formosinho (2011), Sônia Kramer (2011) e dentre outros, assim como Horn e Barbosa abordam diversos elementos que orientam caminhos para organização do espaço e do tempo na educação infantil, na perspectiva de garantir as condições para estímulo e desenvolvimento das crianças nessa fase, a saber:

Conseguir apurar essas dimensões da vida no grupo das crianças garante que as atividades realizadas não se transformem numa monótona sequência, que nada tem haver com o grupo de crianças com o qual interagimos diariamente. A forma de organizar o trabalho deve possibilitar o envolvimento das crianças em sua construção, que terá dimensões diferentes se tomarmos como referência a idade das mesmas. Com as crianças bem pequenas, por exemplo, é fundamental observarmos sua linguagem, que se manifesta através dos gestos, olhares, choro... Nas maiores, é possível dialogar e compartilhar combinações. A ideia central é que as atividades planejadas diariamente devem contar com a participação ativa das crianças garantindo às mesmas a construção das noções de tempo e de espaço, possibilitando-lhes a compreensão do modo como às situações sociais são organizadas e, sobretudo, permitindo ricas e variadas interações sociais. (HORN e BARBOSA, 2001, p. 67).

No que se refere às escolas observadas, cuja a localização se encontra em bairros periféricos de São Luís, todas as professoras afirmaram possuir licenciatura em

pedagogia e conhecimento do referencial e das teorias que orientam o trabalho docente para este nível de ensino. Entretanto, foram unânimes em afirmar que as maiores dificuldades para exercício da profissão, estão relacionadas à estrutura física que não garante espaço para atividades diferenciadas de ensino, recursos para o planejamento antecipado e desilusão quanto ao descaso da gestão atual do ensino público no estado.

Sendo assim, partindo desses relatos, cabe-nos refletir se atual realidade apresentada na escola pública municipal de São Luís tem contribuído para a emancipação, ou reprodução das desigualdades, já que com o advento da universalidade dos direitos humanos, a educação das classes menos favorecidas continua sendo ofertada como aponta a seguinte análise:

Dessa forma, os que estão excluídos do direito à educação não estão excluídos somente por permanecerem fora da escola, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito, negando ou atribuindo-lhes esse direito de forma restrita, condicionada ou subalternizada. Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso a escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se transferiram para o interior do próprio sistema escolar (GENTILI, 2009, p. 1062).

Assim, considerando a escassez de recursos, bem como a ausência de oportunidade de interação em um ambiente estimulador na educação infantil, negada pelos inúmeros problemas já acima citados. Apenas ter ido, ou está na escola de todo não garante que essas crianças cheguem às demais etapas da educação básica, aptas a desenvolver capacidades como as que observamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

Utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação (BRASIL, 1997, p. 69).

Diante disso, como poderão as crianças exercer os demais objetivos propostos nos parâmetros, se as mesmas não puderam vivenciar dadas as condições, ambientes diferenciados de aprendizagem? É preciso antes de tudo, que a formação docente para educação infantil, contemple o estudo das contradições existentes na sociedade, não se eximindo de promover uma consciência crítica e politizada nos professores, com vistas

à reivindicação e transformações da realidade das escolas, que não se entrega ao desânimo e não fica engessada e moldada às práticas tradicionais. É preciso também que os órgãos governamentais e gestores das escolas públicas de educação infantil, possam gastar bem os recursos para a compra de materiais e instrumentos necessários a esta fase da infância, equipando espaços, facilitando assim o trabalho educativo em ambientes diversificados e organizados de interação, que permita a criança usufruir de atividades que garanta seu pleno desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As inquietações aqui apresentadas requerem maior aprofundamento na medida em que abrimos a discussão sobre alguns dos diversos problemas que norteiam o trabalho docente na escola pública da educação infantil em São Luís.

Todavia, sabemos que este é um trabalho árduo e que requer intensa mobilização e esperança, pois não podemos nos acomodar mediante as forças contrárias que tanto nos empurram a desistência e subordinação aos ditames do sistema.

O que ora propomos, é a reflexão crítica da prática docente na educação infantil com vistas à análise da realidade que na maioria das vezes tem se perpetuado mediante a ausência de infraestrutura básica e gestão precária do poder público, que culmina na insatisfação dos docentes e resulta num trabalho precarizado que também corrobora para a legitimação das desigualdades e reafirmação da ideia historicamente construída, de que o ensino na escola pública é falho e não funciona.

A pesquisa nessas escolas de educação infantil de São Luís-MA, proporcionou a observação de diversos problemas que merecem aqui o debate, sobre os espaços, as práticas docentes, bem como o aprofundamento sobre a identidade e conhecimentos necessários para a formação do pedagogo, já que não só em São Luís, mas em vários municípios do Maranhão, há diversos cursos de formação docente, sendo ofertado pelas instituições públicas (UFMA E UEMA), e por faculdades particulares já autorizadas pelo MEC, em pleno funcionamento.

## **REFERÊNCIAS**

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (organizadoras) *Quem tem medo de ensinar na educação infantil?: em defesa do ato de ensinar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BARBOSA, Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Sousa. Organização do Espaço e do Tempo na escola infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gladys. *Educação infantil, pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasília: MEC/SEF, 1997.*

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para educação infantil.1998 – Brasília: MEC/SEF. Volume 1: introdução.*

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: entre os saberes e os afectos, entre a sala e o mundo. In; MACHADO, Maria Lúcia A.(org.). *Encontros e desencontros em educação infantil - 4º Ed – São Paulo: Cortez, 2011.*

GENTILI, Pablo. O direito à Educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Revista educação e sociedade*. Campinas, vol.30, n.109, p.1059-1079, set/dez.2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e Tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia A.(org). *Encontros e desencontros em educação infantil - 4º Ed – São Paulo: Cortez, 2011.*

MÉSZÁROS, István. *A educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (coleção docência em formação)*

ORSO, José Paulino. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: GONÇALVES, Sebastião Rodrigues, MATTOS, Valci Maria (organizadores)- *Educação e lutas de classes*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Educação e Conhecimento)

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008- Coleção educação Contemporânea.

SILVA, Edileuza Fernandes da. A prática pedagógica de professoras da educação básica: entre a criação e a imitação In: *30ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu/MG, 2003*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT04-2735--Int.pdf>. Acesso em 10/09/11.

SILVA, Isabel de Oliveira. A profissionalização do professor da educação infantil: questões sobre a formação dos profissionais quês estão em serviço. In: MACHADO, Maria Lúcia A.(org). *Encontros e desencontros em educação infantil* - 4º Ed – São Paulo: Cortez, 2011.